

Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.

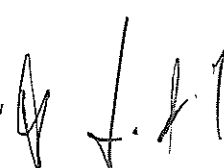
Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2012

fevereiro de 2013

Este relatório contém 54 páginas



*Capital Social 12.000.000 Euros - matricula na CRCL com o número único de matricula e identificação de pessoa coletiva
503 496 944 - Sede Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 • 2744-002 PORTO SALVO*



CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 4
	Balanço 5
	Demonstração das alterações no capital próprio 6
	Demonstração de fluxos de caixa 6
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 7
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 15
II.3	Segmentos Operacionais 17
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 18
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 19
Nota 3	Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 19
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos 19
Nota 5	Rendimentos 20
Nota 6	Gastos financeiros 20
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 20
Nota 8	Imparidade (líquida de reversões) 20
Nota 9	Custos e gastos por natureza a imputar 21
II.5	Notas ao balanço
Nota 10	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 22
Nota 11	Ativos financeiros disponíveis para venda 22
Nota 12	Empréstimos e contas a receber 22
Nota 13	Outros ativos tangíveis 23
Nota 14	Ativos intangíveis 24
Nota 15	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 24
Nota 16	Benefícios a empregados 25

		<u>Pág.</u>
Nota 17	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	29
Nota 18	Impostos correntes e Impostos diferidos	30
Nota 19	Outros credores por operações de seguros e outras operações	31
Nota 20	Acréscimos e diferimentos	32
Nota 21	Outras provisões	32
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio	
Nota 22	Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor	32
II.7	Outras notas	
Nota 23	Transações com partes relacionadas	34
Nota 24	Gestão de riscos	35
Nota 25	Justo valor	48
Nota 26	Passivos contingentes e compromissos	48
Nota 27	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	49
Nota 28	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	49
III	Inventário de títulos	
IV	Relatório dos auditores	

3
 

I. Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

	Notas	2012			2011		
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	137.613.452	-	137.613.452	137.586.215	-	137.586.215
Prémios brutos emitidos		143.134.016	-	143.134.016	141.436.812	-	141.436.812
Prémios de resseguro cedido		(4.746.219)	-	(4.746.219)	(5.017.762)	-	(5.017.762)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(778.941)	-	(778.941)	1.172.518	-	1.172.518
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		4.596	-	4.596	(5.353)	-	(5.353)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(102.223.659)	-	(102.223.659)	(102.485.733)	-	(102.485.733)
Montantes pagos		(101.198.314)	-	(101.198.314)	(102.108.452)	-	(102.108.452)
Montantes brutos		(101.513.822)	-	(101.513.822)	(102.286.945)	-	(102.286.945)
Parte dos resseguradores		315.508	-	315.508	178.493	-	178.493
Provisão para sinistros (variação)		(1.025.345)	-	(1.025.345)	(377.281)	-	(377.281)
Montantes brutos		(1.025.345)	-	(1.025.345)	(377.281)	-	(377.281)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(462.000)	-	(462.000)	(601.419)	-	(601.419)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(110.881)	-	(110.881)	940.910	-	940.910
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(26.261.333)	-	(26.261.333)	(26.785.931)	-	(26.785.931)
Custos de aquisição		(19.596.731)	-	(19.596.731)	(19.624.029)	-	(19.624.029)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(2.593)	-	(2.593)	(60.010)	-	(60.010)
Gastos administrativos		(7.463.608)	-	(7.463.608)	(7.852.151)	-	(7.852.151)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		801.599	-	801.599	750.259	-	750.259
Rendimentos	5	1.148.910	265.699	1.414.609	1.390.234	522.155	1.912.389
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		1.148.910	265.699	1.414.609	1.390.234	522.155	1.912.389
Gastos financeiros	6	(144.942)	(7.900)	(152.842)	(263.425)	(715.924)	(979.349)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(144.942)	(7.900)	(152.842)	(263.425)	(715.924)	(979.349)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	(140.822)	(165.591)	(306.413)	197.400	(18.382)	179.018
De ativos disponíveis para venda		(140.822)	(165.591)	(306.413)	197.400	(18.382)	179.018
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	8	-	(168.884)	(168.884)	(135.104)	(303.463)	(438.567)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	(135.104)	(100.209)	(235.313)
De outros		-	(168.884)	(168.884)	-	(203.254)	(203.254)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		91.379	-	91.379	137.398	-	137.398
Outros rendimentos/gastos		-	(253.203)	(253.203)	-	(22.006)	(22.006)
Resultado líquido antes de impostos		9.510.104	(329.879)	9.180.225	9.980.545	(537.620)	9.442.925
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	(2.926.316)	(2.926.316)	-	(2.964.427)	(2.964.427)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	71.369	71.369	-	92.533	92.533
Resultado líquido do exercício		9.510.104	(3.184.826)	6.325.278	9.980.545	(3.409.514)	6.571.031

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Demonstração do rendimento integral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



	Eur	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	6.325.278	6.571.031
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
Reservas de reavaliação, bruto	4.182.142	(2.189.206)
Impostos diferidos	(1.212.821)	634.870
	2.969.321	(1.554.336)
Demonstração do rendimento integral do ano	9.294.599	5.016.695

Balanço

		Eur	
	Notas	2012	2011
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10	4.157.027	8.735.475
Ativos financeiros disponíveis para venda	11	60.224.257	57.362.835
Empréstimos e contas a receber	12	7.507.881	3.001.303
Outros depósitos		7.507.881	3.001.303
Outros ativos tangíveis	13	24.035	34.465
Outros ativos intangíveis	14	-	1.905
Provisões técnicas de resseguro cedido	15	19.289	14.693
Provisão para prémios não adquiridos		19.289	14.693
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	16	458.606	218.197
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17	18.698.925	9.594.367
Contas a receber por operações de seguro direto		8.428.966	8.088.927
Contas a receber por outras operações de resseguro		9.008.599	236.874
Contas a receber por outras operações		1.261.360	1.268.566
Ativos por impostos	18	968.003	2.109.455
Ativos por impostos diferidos		968.003	2.109.455
Acréscimos e diferimentos	20	-	366.475
Total ativo		92.058.023	81.439.170
Provisões técnicas	15	36.057.005	35.531.514
Provisão para prémios não adquiridos		9.376.160	8.594.626
Provisão para sinistros		25.209.665	25.163.319
De outros ramos		25.209.665	25.163.319
Provisão para participação nos resultados		638.149	1.051.419
Provisão para riscos em curso		833.031	722.150
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	16	136.200	119.324
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19	5.945.502	4.303.885
Contas a pagar por operações de seguro direto		2.434.138	2.067.119
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.335.918	1.403.348
Contas a pagar por outras operações		2.175.446	833.418
Passivos por impostos e taxas	18	852.931	1.533.828
Passivos por impostos (e taxas) correntes		852.931	1.533.828
Acréscimos e diferimentos	20	1.360.683	1.581.833
Outras Provisões	21	880.597	838.280
Total passivo		45.232.918	43.908.664
Capital		12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		(29.900)	(4.212.042)
Reserva por impostos diferidos		8.671	1.221.492
Outras reservas		3.969.653	3.312.549
Resultados transitados		24.551.403	18.637.476
Resultado do exercício		6.325.278	6.571.031
Total capital próprio	22	46.825.105	37.530.506
Total passivo e capital próprio		92.058.023	81.439.170
Resultados por ação		2,6	2,7

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

Eur

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Balanco a 1 de Janeiro 2011	12.000.000	(2.022.836)	586.622	(1.436.214)	2.886.740	14.904.726	11.057	4.147.502	32.513.811
Transferência de resultados	-	-	-	-	414.752	3.732.750	-	(4.147.502)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(2.189.206)	634.870	(1.554.336)	-	-	-	-	(1.554.336)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.571.031	6.571.031
Balanco a 31 de Dezembro 2011	12.000.000	(4.212.042)	1.221.492	(2.990.550)	3.301.492	18.637.476	11.057	6.571.031	37.530.506
Transferência de resultados	-	-	-	-	657.104	5.913.927	-	(6.571.031)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	4.182.142	(1.212.821)	2.969.321	-	-	-	-	2.969.321
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.325.278	6.325.278
Balanco em 31 de Dezembro 2012	12.000.000	(29.900)	8.671	(21.229)	3.958.596	24.551.403	11.057	6.325.278	46.825.105

Demonstração de fluxos de caixa

Eur

	2012	2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	6.325.278	6.571.031
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	16.648	23.937
Variação nas provisões técnicas	525.491	677.275
Variação de provisões	42.317	(965.466)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(4.596)	5.353
Imparidade de ativos disponíveis para venda	-	235.313
Imparidade de outros activos	168.884	203.255
Variação nos impostos ativos / passivos	460.555	(1.203.757)
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	(4.506.578)	19.086.847
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(9.273.442)	4.465.816
Outros ativos e passivos	(78.208)	(882.942)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.641.617	470.145
	(4.682.034)	28.686.807
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	107.899	(22.463.011)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(4.313)	(13.488)
	103.586	(22.476.499)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(4.578.448)	6.210.308
Caixa e equivalentes no início do período	8.735.475	2.525.167
Caixa e equivalentes no final do período	4.157.027	8.735.475

II. Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. (“Médis” ou “Companhia”). é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de setembro de 1995.

A Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objeto principal e exclusivo a exploração do seguro direto e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

É uma subsidiária da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (‘Companhia mãe’), a qual detém 100% do capital, exercendo o controlo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2013.

Em 2012, a Companhia adotou as interpretações das IFRS de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Provisões técnicas

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

e) Ativos financeiros

Classificação

A Médís classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Companhia não adotou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais

9

9
L. d.

como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

f) *Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

g) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Médis aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das Empresas da Companhia enquanto estiverem diretamente afetados aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) *Locações*

A Médís classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

5

11
11

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

m) *Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) *Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

5

8 1

r) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora ("Plano CCT" ou "CCT"). Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago um prémio de assinatura de contrato pela Companhia aos seus colaboradores.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

Em 1 de Outubro de 2012, de acordo com uma decisão do Conselho de Administração, foi efetuado o corte do Plano Complementar, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões da Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de "Horizonte Valorização".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefício definido) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do "unwinding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Companhias de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas atuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas ou pré-reformas, assim como os correspondentes ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

9

9 167

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2012 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

t) Segmentos Operacionais

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Médís encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Outros

As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

u) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para riscos em curso, (3) teste de adequação das responsabilidades e (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.


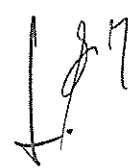
As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

9

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para títulos de capital e eventos os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos Operacionais

	2012			2011		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	136.669.006	944.446	137.613.452	136.689.782	896.433	137.586.215
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(102.000.433)	(223.226)	(102.223.659)	(102.140.977)	(344.756)	(102.485.733)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(110.881)	-	(110.881)	940.910	-	940.910
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(462.000)	-	(462.000)	(601.419)	-	(601.419)
Custos e gastos de exploração líquidos	(26.261.333)	-	(26.261.333)	(26.785.931)	-	(26.785.931)
Rendimentos	1.147.545	1.365	1.148.910	1.390.076	158	1.390.234
Gastos financeiros	(144.942)	-	(144.942)	(263.425)	-	(263.425)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(140.361)	(461)	(140.822)	197.196	204	197.400
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	(134.889)	(215)	(135.104)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	91.379	-	91.379	137.398	-	137.398
Margem técnica	8.787.980	722.124	9.510.104	9.428.721	551.824	9.980.545
Proveito dos investimentos			265.699			522.155
Mais/(menos) valias realizadas			(165.591)			(118.591)
Despesas gerais			(7.900)			(715.924)
Outros proveitos/(custos) não técnicos			(422.087)			(225.260)
Resultado não técnico			(329.879)			(537.620)
Resultado antes de impostos			9.180.225			9.442.925

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	Eur	
	2012	2011
Prémios brutos emitidos	143.134.016	141.436.812
Prémios resseguro cedido	(4.746.219)	(5.017.762)
Prémios líquidos resseguro	138.387.797	136.419.050
Variação prémios não adquiridos	(778.941)	1.172.518
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	4.596	(5.353)
Variação líquida de prémios não adquiridos	(774.345)	1.167.165
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	137.613.452	137.586.215

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2012		2011	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	142.189.570	141.410.629	140.540.379	141.712.897
Outros	944.446	944.446	896.433	896.433
Total	143.134.016	142.355.075	141.436.812	142.609.330

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	2012		2011	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	4.746.219	4.741.623	5.017.762	5.023.115
Total	4.746.219	4.741.623	5.017.762	5.023.115

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2012			2011		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	97.154.091	(159.204)	96.994.887	96.305.180	2.005.823	98.311.003
Parte dos resseguradores	(315.508)	-	(315.508)	(178.493)	-	(178.493)
	96.838.583	(159.204)	96.679.379	96.126.687	2.005.823	98.132.510
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	642.916	382.429	1.025.345	2.038.348	(1.661.067)	377.281
	642.916	382.429	1.025.345	2.038.348	(1.661.067)	377.281
Total antes custos imputados	97.481.499	223.225	97.704.724	98.165.035	344.756	98.509.791
Custos com Sinistros (imputados)	4.518.935	-	4.518.935	3.975.942	-	3.975.942
Total	102.000.434	223.225	102.223.659	102.140.977	344.756	102.485.733

Nota 3 – Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A participação nos resultados corresponde à estimativa de montantes a atribuir aos segurados do ramo de acidentes e doença.

A variação das outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para riscos em curso, para o ramo de acidentes e doença.

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	Eur	
	Acidentes e doença	
	2012	2011
Custos de aquisição - comissões	16.621.063	16.456.738
Custos de aquisição alocados	2.975.668	3.167.292
Variação dos custos de aquisição diferidos	2.593	60.010
Custos administrativos - comissões	99.448	109.153
Custos administrativos alocados	7.364.160	7.742.997
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(801.599)	(750.259)
Total	26.261.333	26.785.931

(Handwritten mark)

(Handwritten signature)

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2012	2011
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.267.336	1.462.779
Rendimentos de depósitos bancários	147.273	449.610
	1.414.609	1.912.389

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas no montante de Euros 153.000 (2011: Euros 979.000) resulta de custos operacionais imputados à função de investimentos.

Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2012			2011		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	9.968	(7.871)	2.097	253.845	(126.724)	127.121
Obrigações de outros emissores	7.133	(316.604)	(309.471)	8.962	(213)	8.749
Ações	4.212	(3.251)	961	43.148	-	43.148
De investimentos disponíveis para venda	21.313	(327.726)	(306.413)	305.955	(126.937)	179.018
Total	21.313	(327.726)	(306.413)	305.955	(126.937)	179.018

Nota 8 – Imparidade (líquida de reversões)

A imparidade (líquida de reversões) é analisada como segue:

	Eur	
	2012	2011
De ativos financeiros disponíveis para venda	-	235.313
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	168.884	203.254
Total imparidade	168.884	438.567

Em 2011, a imparidade relativa a ativos disponíveis para venda inclui o montante de Euros 229.000 relativos à dívida pública Grega, que foi vendida na totalidade até 31 de dezembro de 2011 (ver nota 27).

Nota 9 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	215.253	220.856
Remunerações - pessoal	3.708.114	4.417.581
Encargos sobre remunerações	862.092	854.455
Benefícios pós emprego - planos benefícios definidos	120.413	1.180.051
Seguros obrigatórios	234.010	224.419
Gastos de Ação social	33.116	15.199
Outros gastos	51.045	345.811
	<u>5.224.043</u>	<u>7.258.372</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>9.206.523</u>	<u>9.021.490</u>
Depreciações de ativos tangíveis e imóveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	4.878	4.834
Equipamento informático	9.865	10.428
	<u>14.743</u>	<u>15.262</u>
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	<u>1.905</u>	<u>8.675</u>
Outros	<u>564.391</u>	<u>(438.218)</u>
Total	<u>15.011.605</u>	<u>15.865.581</u>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar dizem respeito a Euros 25.000 relativos a Impostos e taxas (2011: Euros 25.000), a Euros 423.000 relativos a Juros suportados (2011: Euros 429.000), a Euros 74.000 relativos a Comissões (2011: Euros 74.000) e a Euros 42.000 relativos a outras provisões (2011: proveito de Euros 966.000).

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Custos com sinistros	4.518.935	3.975.942
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	2.975.668	3.167.292
Custos administrativos	7.364.160	7.742.998
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	144.942	263.425
Alocados à conta não técnica	<u>7.900</u>	<u>715.924</u>
Total	<u>15.011.605</u>	<u>15.865.581</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 118 (2011:125).

II.5 Notas ao balanço

Nota 10 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 11 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2012			2011				<i>Eurr</i>
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	
Dívida pública	22.915.280	(76.344)	22.838.936	32.516.214	(2.075.853)		30.440.361	
Obrigações de outros emissores	35.053.902	49.809	35.103.711	26.350.285	(2.144.651)		24.205.634	
Ações e Unidades de participação em fundos	1.777.921	(3.365)	1.774.556	1.903.066	8.462	(5.960)	1.905.568	
Juros a receber	507.054	-	507.054	811.272	-		811.272	
Total	60.254.157	(29.900)	60.224.257	61.580.837	(4.212.042)	(5.960)	57.362.835	
Dos quais:								
Nível 1			57.218.839				55.388.353	
Nível 2			3.005.418				1.974.482	
Nível 3			-				-	
			60.224.257				57.362.835	

De acordo com o IFRS7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 12 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 13 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Equipamento		
Equipamento informático	400.246	727.467
Equipamento administrativo	884.908	884.908
Outro equipamento	242.980	255.251
	1.528.134	1.867.626
Amortizações acumuladas	(1.504.099)	(1.833.161)
Saldo líquido	24.035	34.465

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Eur</i>		
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	727.467	884.908	255.251
Aquisições	1.516	-	2.797
Abates	(328.737)	-	(15.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	400.246	884.908	242.980
Amortizações			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(709.138)	(882.061)	(241.962)
Amortizações do exercício	(9.865)	-	(4.878)
Abates	328.737	-	15.068
Transferências	-	(526)	526
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(390.266)	(882.587)	(231.246)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2011	18.329	2.847	13.289
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	9.980	2.321	11.734

Nota 14 – Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.112.566
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.112.566
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.110.661)
Amortizações do exercício	(1.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.112.566)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2011	1.905
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	-

Nota 15 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>		
	2012		
	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	9.376.160	-	9.376.160
Provisão para sinistros	25.201.164	8.501	25.209.665
Provisão para participação nos resultados	638.149	-	638.149
Provisão para riscos em curso	833.031	-	833.031
Total bruto	36.048.504	8.501	36.057.005
Provisão para prémios não adquiridos	19.289	-	19.289
Total resseguro	19.289	-	19.289
Saldo líquido	36.029.215	8.501	36.037.716
	2011		
	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	8.594.626	-	8.594.626
Provisão para sinistros	25.106.941	56.378	25.163.319
Provisão para participação nos resultados	1.051.419	-	1.051.419
Provisão para riscos em curso	722.150	-	722.150
Total bruto	35.475.136	56.378	35.531.514
Provisão para prémios não adquiridos	14.693	-	14.693
Total resseguro	14.693	-	14.693
Saldo líquido	35.460.443	56.378	35.516.821

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 19.400.000 (2011: Euros 18.826.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 355.000 (2011: Euros 343.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Provisão para prémios não adquiridos	9.466.972	8.688.031
Custos de aquisição diferidos	(90.812)	(93.405)
Saldo líquido	9.376.160	8.594.626

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	93.405	153.415
Custos de aquisição do ano	90.812	93.405
Amortização dos custos de aquisição	(93.405)	(153.415)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	90.812	93.405

Os movimentos na Provisão para participação nos resultados ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	1.051.419	450.000
Montantes pagos	(875.270)	-
Estimativa de montantes a atribuir	462.000	601.419
Total	638.149	1.051.419

Nota 16 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (“Plano CCT” ou “CCT”). Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago pela Companhia aos seus colaboradores um prémio de assinatura de contrato.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

De acordo com uma decisão do Conselho de Administração datada de 23 de Novembro de 2006, os colaboradores admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantiveram os benefícios estabelecidos no Plano Complementar – benefício definido.

Em 1 de Outubro de 2012, foi decidido o corte daquele Plano Complementar pelo Conselho de Administração. Os colaboradores mantêm contudo os direitos adquiridos até 2011. Tendo em conta que as responsabilidades são as mesmas antes e depois do corte, não existindo adicionalmente a liquidação dessas responsabilidades, esta decisão não gerou impacto em resultados.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas pela adesão coletiva nº 72 ao Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2012	2011
Numero de participantes		
Ativos	119	122
Reformados e pensionistas	3	3
	122	125

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2012	2011
Taxa de desconto	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,75%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 -2 anos	TV 88/90 -2 anos
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(5.888.326)	(801.317)	(136.200)	(6.825.843)	(5.397.416)	(583.461)	(119.324)	(6.100.201)
Justo valor dos ativos do fundo	6.138.260	-	-	6.138.260	5.524.289	-	-	5.524.289
Valor líquido	249.934	(801.317)	(136.200)	(687.583)	126.873	(583.461)	(119.324)	(575.912)
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	1.154.478	(144.489)	-	1.009.989	993.210	(318.425)	-	674.785
Ativos/(responsabilidades) líquidas de Balanço	1.404.412	(945.806)	(136.200)	322.406	1.120.083	(901.886)	(119.324)	98.873

CP

81

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é analisado como segue:

	2012				2011				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	5.397.416	583.461	119.324	6.100.201	4.053.173	543.768	-	4.596.941	
Custo do serviço corrente	9.189	34.456	12.125	55.770	90.064	35.913	-	125.977	
Custo dos juros	279.966	30.470	6.264	316.700	210.622	28.441	-	239.063	
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	119.324	119.324	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou pela Companhia	(123.154)	(8.002)	-	(131.156)	(93.014)	(5.236)	-	(98.250)	
(Ganhos)/ perdas atuariais	379.837	160.932	(1.513)	539.256	188.291	(37.192)	-	151.099	
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	-	239.850	-	-	239.850	
Programas de reformas antecipadas	-	-	-	-	768.625	17.767	-	786.392	
Transferências entre fundos	(54.928)	-	-	(54.928)	(60.195)	-	-	(60.195)	
Responsabilidades em 31 de dezembro	<u>5.888.326</u>	<u>801.317</u>	<u>136.200</u>	<u>6.825.843</u>	<u>5.397.416</u>	<u>583.461</u>	<u>119.324</u>	<u>6.100.201</u>	

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	2012				2011				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	9.189	34.456	12.125	55.770	90.064	35.913	-	125.977	
Custo dos juros	279.966	30.470	6.264	316.700	210.622	28.441	-	239.063	
Rendimento esperado do fundo	(242.703)	-	-	(242.703)	(209.673)	-	-	(209.673)	
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	119.324	119.324	
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	22.039	(13.004)	-	9.035	5.185	(11.940)	-	(6.755)	
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	-	245.047	-	-	245.047	
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	(1.513)	(1.513)	768.625	17.767	-	786.392	
Custo do exercício	<u>68.491</u>	<u>51.922</u>	<u>16.876</u>	<u>137.289</u>	<u>1.109.870</u>	<u>70.181</u>	<u>119.324</u>	<u>1.299.375</u>	

A variação do valor do fundo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	5.524.289	4.362.425
Contribuições da Companhia	352.820	1.541.022
Pagamentos efetuados pelo fundo	(123.154)	(93.014)
Retorno esperado do fundo	242.703	209.673
Ganhos/(perdas) atuariais do fundo	196.530	(435.622)
Transferências entre fundos	(54.928)	(60.195)
Saldo em 31 de dezembro	<u>6.138.260</u>	<u>5.524.289</u>

9

27
US *L. 1*

Os ganhos e perdas atuariais em 2012 e 2011, são analisadas como segue:

	2012			2011			Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total	
(Ganhos)/ perdas atuariais no início do exercício	993.210	(318.425)	674.785	379.679	(293.173)	86.506	
(Ganhos)/ perdas atuariais nas responsabilidades	379.837	160.932	540.769	428.141	(37.192)	390.949	
(Ganhos)/perdas atuariais do fundo	(196.530)	-	(196.530)	435.622	-	435.622	
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	(22.039)	13.004	(9.035)	(5.185)	11.940	6.755	
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	(245.047)	-	(245.047)	
(Ganhos)/ perdas atuariais no final do exercício	<u>1.154.478</u>	<u>(144.489)</u>	<u>1.009.989</u>	<u>993.210</u>	<u>(318.425)</u>	<u>674.785</u>	

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os ganhos/(perdas) atuariais resultantes de alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros (980.000) e Euros (178.000) respetivamente.

Em 2012, as contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pelas Companhias no montante de Euros 353.000 (2011: Euros 1.541.000), foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2012, a Companhia contribuiu com o montante de Euros 41.000 para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida.

Os Ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2012				2011				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Ativos/(responsabilidades) em 1 janeiro em Balanço	1.120.083	(901.886)	(119.324)	98.873	688.931	(836.941)	-	(148.010)	
Custo normal	(68.491)	(51.922)	(16.876)	(137.289)	(1.109.870)	(70.181)	(119.324)	(1.299.375)	
Contribuições dos empregados e outras contribuições	<u>352.820</u>	<u>8.002</u>	<u>-</u>	<u>360.822</u>	<u>1.541.022</u>	<u>5.236</u>	<u>-</u>	<u>1.546.258</u>	
Ativos/(responsabilidades) em 31 dezembro em Balanço	<u>1.404.412</u>	<u>(945.806)</u>	<u>(136.200)</u>	<u>322.406</u>	<u>1.120.083</u>	<u>(901.886)</u>	<u>(119.324)</u>	<u>98.873</u>	

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos ativos do fundo são analisadas como segue:

	2012	2011	2010	2009	2008	2007	Eur
Responsabilidades por benefícios	(6.825.843)	(6.100.201)	(4.596.941)	(4.433.159)	(5.086.773)	(4.381.916)	
Justo valor dos ativos do fundo	<u>6.138.260</u>	<u>5.524.289</u>	<u>4.362.425</u>	<u>4.417.470</u>	<u>4.656.872</u>	<u>4.419.091</u>	
Valor líquido	(687.583)	(575.912)	(234.516)	(15.689)	(429.901)	37.175	
Ganhos e (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>1.009.989</u>	<u>674.785</u>	<u>86.506</u>	<u>(102.501)</u>	<u>640.318</u>	<u>(689.093)</u>	
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	<u>322.406</u>	<u>98.873</u>	<u>(148.010)</u>	<u>(118.190)</u>	<u>210.417</u>	<u>(651.918)</u>	

Os ativos afetos ao Fundo de Pensões são decompostos da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Títulos rendimento variável	1.484.900	-
Títulos rendimento fixo	3.882.260	3.336.164
Imóveis	105.116	-
Outros	665.984	2.188.125
	6.138.260	5.524.289

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Impacto no Custo com Pensões	7.331	5.513
Impacto nas Responsabilidades	128.211	93.354

Adicionalmente, no contexto das alterações aos planos de reforma concedidos pela Companhia aos seus empregados, aprovadas pelo Conselho de Administração, simultaneamente ao corte do Plano Complementar na forma de benefício definido, o Plano Complementar na forma de contribuição definida foi igualmente revisto. As alterações foram implementadas no sentido de tornar este plano mais flexível e ajustado às necessidades de cada trabalhador. O atual plano de contribuição definida, sob o *slogan* “O seu futuro, ao seu ritmo”, aspira alcançar melhores condições de reforma, funcionando como complemento à Segurança Social, assim como pretende estimular a poupança dos trabalhadores, concedendo o benefício de uma contribuição direta adicional por parte da Companhia.

A 31 de Dezembro de 2012, em resultado deste novo plano de contribuição definida, a Companhia reconheceu um custo no montante de Euros 41.000.

Nota 17 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Tomadores de seguros	9.004.671	9.747.888
Mediadores de seguros	1.315.276	63.136
Resseguradores	9.008.599	236.874
	19.328.546	10.047.898
Imparidade	(1.890.981)	(1.722.097)
Total	17.437.565	8.325.801
Outros devedores	1.261.360	1.268.566
Total Outros devedores	1.261.360	1.268.566
Total	18.698.925	9.594.367

6

29

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 1.861.000 (2011: Euros 1.626.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 346.000 (2011: Euros 259.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se ainda registado o montante de Euros 7.089.000 (2011: Euros 7.519.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Saldo no início do ano	1.722.097	1.518.842
Dotação do exercício	168.884	203.255
Saldo no final do ano	1.890.981	1.722.097

Nota 18 – Impostos correntes e Impostos diferidos

Em 2012, e enquanto decorrer a intervenção da Troika em Portugal, esperada até ao final de 2013, a carga fiscal é determinada com base numa taxa máxima de 31,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto e derramas), como se segue:

	<i>Eur</i>
Taxa	Lucro tributável
26,5%	Até 1.500.000
29,5%	1.500.000 a 10.000.000
31,5%	> 10.000.000

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Ativos por impostos diferidos	968.003	2.109.455
Ativos por impostos	968.003	2.109.455
Imposto sobre rendimento	423.292	1.005.562
Outros impostos e taxas	429.639	528.266
Passivos por impostos	852.931	1.533.828

9

11

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros	8.671	1.194.966	-	-	8.671	1.194.966
Provisões	516.708	480.845	-	-	516.708	480.845
Outros	442.624	433.644	-	-	442.624	433.644
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	968.003	2.109.455	-	-	968.003	2.109.455
Líquido de ativos/ passivos	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	968.003	2.109.455	-	-	968.003	2.109.455

O movimento do imposto diferido de balanço em 2012 e 2011, foi reconhecido como segue:

	2012		2011	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Ativos financeiros	26.526	(1.212.821)	29.982	634.870
Provisões	35.863	-	(225.516)	-
Outros	8.980	-	288.067	-
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	71.369	(1.212.821)	92.533	634.870

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	Eur	
	2012	2011
Imposto corrente	(2.926.316)	(2.964.427)
Imposto diferido	71.369	92.533
Total do imposto reconhecido em resultados	(2.854.947)	(2.871.894)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2012	2011
Resultado antes de impostos	9.180.225	9.442.925
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.662.265	2.738.448
Tributação autónoma	12.326	42.577
Outras diferenças permanentes	180.355	90.869
	2.854.947	2.871.894

Nota 19 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
Tomadores de seguros e intermediários	2.434.138	2.067.119
Resseguradores	1.335.918	1.403.348
Credores por operações seguro e resseguro	3.770.056	3.470.467
Outros credores	2.175.446	833.418
Total	5.945.502	4.303.885

Nota 20 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012, os acréscimos de custos incluem um montante de Euros 164.000 (2011: Euros 316.000) relativos a publicidade e propaganda.

Nota 21 – Outras provisões

Em resultado do processo de reestruturação iniciado pelo Grupo no final do exercício de 2010, através de um programa de reformas antecipadas, a Companhia registou uma provisão de Euros 1.804.000.

Em 2011, esta provisão foi revertida no montante de Euros 792.000, correspondendo a reformas antecipadas negociadas e a outros ajustes no montante de Euros 173.000.

Em abril de 2012, o Governo Português anunciou alterações ao nível das reformas antecipadas no setor privado. De acordo com estas alterações, em 29 de outubro de 2012, a Comissão Executiva e o Conselho de Administração aprovaram um esquema faseado e seletivo de pré-reformas, como alternativa ao programa inicialmente baseado em reformas antecipadas. A comunicação destas alterações foi efetuada atendendo às novas condições do programa.

Em 2012, a provisão foi dotada no montante de Euro 42.000, a qual se refere ao reforço efetuado à provisão, deduzido dos valores já transferidos para o Fundo de Pensões da Companhia, relativos aos colaboradores que aceitaram a pré-reforma. O valor de balanço da provisão para custos de reestruturação em 31 de Dezembro de 2012 é de Euros 881.000.

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 22 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Médís, encontra-se representado 2.400.000 ações com o valor nominal de Euro 5 cada. A Sociedade é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médís tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, em 2012 e 2011 foi como segue:

	Eur	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	(4.212.042)	(2.022.836)
Ajustamentos no justo valor	4.182.142	(2.196.328)
Vendas	-	7.122
Saldo em 31 de dezembro	(29.900)	(4.212.042)

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

	Eur	
	2012	2011
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	60.254.157	61.580.837
Imparidade	-	(5.960)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda, líquido de imparidade	60.254.157	61.574.877
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	60.224.257	57.362.835
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(29.900)	(4.212.042)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	8.671	1.221.492
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(21.229)	(2.990.550)

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é analisado como se segue:

	Eur								
	Reservas de reavaliação					Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal				
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	(29.900)	8.671	(21.229)	-	-	-	-	(21.229)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.325.278	6.325.278
Resultados transitados	-	-	-	-	-	24.551.404	-	-	24.551.404
Outras reservas	-	-	-	-	3.958.596	-	11.057	-	3.969.653
Saldo 31 Dezembro 2012	12.000.000	(29.900)	8.671	(21.229)	3.958.596	24.551.404	11.057	6.325.278	46.825.106

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2011 é analisado como se segue:

	Eur								
	Reservas de reavaliação					Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal				
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	(4.212.042)	1.221.492	(2.990.550)	-	-	-	-	(2.990.550)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.571.031	6.571.031
Resultados transitados	-	-	-	-	-	18.637.476	-	-	18.637.476
Outras reservas	-	-	-	-	3.301.492	-	11.057	-	3.312.549
Saldo 31 Dezembro 2011	12.000.000	(4.212.042)	1.221.492	(2.990.550)	3.301.492	18.637.476	11.057	6.571.031	37.530.506

II.7 Outras notas

Nota 23 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Remunerações	215.253	220.856
Contribuições para o fundo de pensões	1.823	3.972
	217.076	224.828

A análise das transações com partes relacionadas em 2012 e 2011, é analisada como segue:

	<i>Eur</i>					
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.157.027	-	-	-	-	4.157.027
Empréstimos concedidos e contas receber	7.507.881	-	-	-	-	7.507.881
Ativos financeiros disponíveis para venda	992.654	-	-	-	-	992.654
Outros ativos	-	-	-	458.606	8.837.722	9.296.328
Total do ativo	12.657.562	-	-	458.606	8.837.722	21.953.890
Provisões técnicas	-	-	-	-	28.263.754	28.263.754
Outros passivos	200.960	45.075	4.405	-	-	250.440
Total do passivo	200.960	45.075	4.405	-	28.263.754	28.514.194
Líquido Ativo / (Passivo) 2012	12.456.602	(45.075)	(4.405)	458.606	(19.426.032)	(6.560.304)
Líquido Ativo / (Passivo) 2011	12.888.720	(197.250)	(4.405)	218.197	(27.749.703)	(14.844.441)

	<i>Eur</i>					
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	-	-	-	120.447.949	120.447.949
Dividendos e juros a receber	27.086	-	-	-	-	27.086
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	28	-	-	-	-	28
Total de proveitos	27.114	-	-	-	120.447.949	120.475.063
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	-	-	-	-	(80.842.819)	(80.842.819)
Custos de aquisição	-	-	-	-	(14.552.379)	(14.552.379)
Gastos gerais e administrativos	(2.562.707)	(177.600)	-	120.413	-	(2.619.894)
Total de custos	(2.562.707)	(177.600)	-	120.413	(95.395.198)	(98.015.092)
Líquido Proveitos / (Custos) 2012	(2.535.593)	(177.600)	-	120.413	25.052.751	22.459.971
Líquido Proveitos / (Custos) 2011	(2.644.508)	(197.250)	-	(1.180.051)	24.301.508	20.279.699

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com a Ocidental Seguros são relativas ao tratado de resseguro existente no âmbito do Ramo Doença.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

5

17

Nota 24 – Gestão de riscos

"Um contrato de seguro é a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra em troca de um pagamento. É uma forma de gestão de risco usada principalmente para cobertura do risco de uma perda contingente, incerta", fonte *Wikipédia*.

Para a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. assumir riscos é intrínseco na forma como a companhia de seguros cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de rating. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

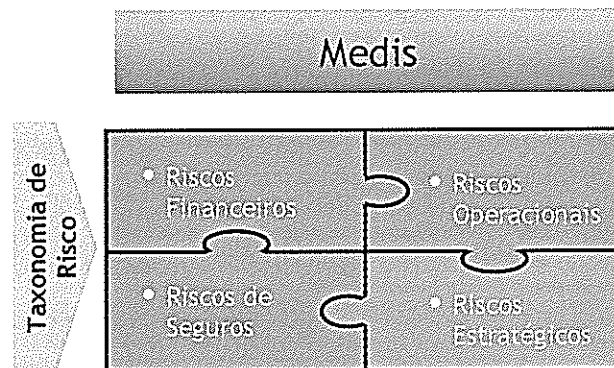
A gestão de risco na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está centralizada no Responsável pelo Risco (CRO) que acumula com as funções de Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e resposta, dentro da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma taxonomia de risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto que os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou na forma como as pessoas (clientes ou colaboradores) se comportam.

Na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. os riscos estratégicos são geridos através do processo KRR (*Key Risk Reporting*), o qual também contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Um dos riscos da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é o Risco Financeiro, quer a partir do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados “*Riscos de Mercado*”, ou, em eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado “*Risco de Contraparte*”.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são da responsabilidade do responsável pelo pelouro financeiro (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao CFO;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- A função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
 - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.

No início do ano, o Responsável do Risco teve lugar e tem como principais funções:

- Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
- Fornecer um parecer sobre a adequação das políticas de risco;
- Membro do Comité de Risco/Gestão de Ativos (AMC).
- Dar parecer sobre a estratégia global de anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

9

87

A Gestão de Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:

- Risco de Incumprimento da Contraparte;
- Risco de Mercado.

Risco de Incumprimento da Contraparte

O *Risco de Incumprimento da Contraparte* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como acordos de resseguro, titularizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Este risco não inclui o risco de perdas resultantes do incumprimento de ativos comprados para fins de investimento – este risco é definido como um risco de investimento em vez de risco de incumprimento da contraparte e é coberto dentro do risco de spread e do risco de mercado.

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento da contraparte, a taxonomia de risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

Em 2013, a ambição da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é monitorizar este risco no âmbito do apetite ao risco e do processo de gestão de capital de acordo com os requisitos de Solvência II.

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração. Este risco advém de uma grande concentração de exposição a apenas uma contraparte ou uma concentração de exposições para um número de contrapartes correlacionadas (ou seja, uma tendência comum em circunstâncias semelhantes) com potencial para produzir uma perda de capital significativa devido a uma falência ou falta de pagamento.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. como risco de mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Média - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. (Eur). A Média - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos por tipo de ativo:

Carteira de Investimento			Eur	
	2012	%	2011	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	60.224.257	100,0%	57.362.835	100,0%
Dívida pública	23.093.466	38,3%	30.976.428	54,0%
Obrigações	35.356.235	58,7%	24.480.840	42,7%
Ações	750	0,0%	17.363	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	-	0,0%	101.840	0,2%
Imobiliário	1.773.806	2,9%	1.786.364	3,1%
Total	60.224.257		57.362.835	

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	Eur	
	2012	2011
Ativo		
Caixa e disponibilidades	4.157.027	8.735.475
Empréstimos e contas a receber	7.507.881	3.001.303
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	18.698.925	9.594.367
Total	30.363.833	21.331.145
Passivo		
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	5.945.502	4.303.885
Total	5.945.502	4.303.885

As ações detidas podem ser decompostas por tipo de setor:

Ações por tipo de indústria	Ativos financeiros disponíveis para venda				Eur
	2012		2011		
	Valor	%	Valor	%	
Comunicações	-	0,0%	16.613	95,7%	
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	4,3%	
	750	100,0 %	17.363	100,0 %	

As obrigações detidas pela Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. podem ser decompostas por tipo de setor:

Obrigações por tipo de indústria	Ativos financeiros disponíveis para venda				Eur
	2012		2011		
	Valor	%	Valor	%	
Dívida pública	23.093.466	39,5%	30.976.428	55,9%	
Instituições financeiras	27.864.240	47,7%	22.262.106	40,1%	
Indústria	561.432	1,0%	-	0,0%	
Setores básicos e energéticos	738.006	1,3%	-	0,0%	
Consumíveis cíclicos	4.115.557	7,0%	1.000.583	1,8%	
Comunicações	551.773	0,9%	435.065	0,8%	
Diversos	907.895	1,6%	783.086	1,4%	
Energia	617.332	1,1%	-	0,0%	
	58.449.701	100,0 %	55.457.268	100,0 %	

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

Obrigações por notação de Rating	Ativos financeiros disponíveis para venda				Eur
	2012		2011		
	Valor	%	Valor	%	
AAA	8.831.161	15,1%	25.366.825	45,7%	
AA	11.336.264	19,4%	6.740.648	12,2%	
A	10.883.703	18,6%	11.091.331	20,0%	
BBB	11.044.231	18,9%	2.033.454	3,7%	
BB	14.555.830	24,9%	10.033.831	18,1%	
B	1.798.512	3,1%	191.179	0,3%	
Total	58.449.701	100,0 %	55.457.268	100,0 %	
Dívida pública - AFDV	23.093.466	39,5%	30.976.428	55,9%	
Obrigações - AFDV	35.356.235	60,5%	24.480.840	44,1%	
Total	58.449.701	100,0 %	55.457.268	100,0 %	

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

	2012		2011		Eur
	Valor	%	Valor	%	
Depósitos em Instituições de Crédito					
B	11.664.908	100,00 %	11.736.778	100,00 %	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
AA	65.213	0,35%	-	0,00%	
A	105.664	0,57%	-	0,00%	
Sem rating	18.528.049	99,09%	9.594.367	100,00%	
	18.698.925	100,00 %	9.594.367	100,00 %	
Total	30.363.833		21.331.145		

As unidades de participação em fundos de investimento detidas podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica	Ativos disponíveis para venda			Eur
	Portugal	Luxemburgo	Total	%
Imobiliário	1.773.806	-	1.773.806	100,0%
Total em dezembro 2012	1.773.806	-	1.773.806	100,0%
Obrigações Imobiliário	-	101.840	101.840	5,4%
	1.786.364	-	1.786.364	94,6%
Total em dezembro 2011	1.786.364	101.840	1.888.204	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Liquidez.

Como parte do Risco de Mercado, o Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros titulares de contratos que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os números apresentados não devem ser comparados com os montantes de balanço, uma vez que incluem a projeção de fluxos de caixa que não são descontados.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2012	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	1.971.584	853.027	5.939.236	20.008.604	6.040.271	-	34.812.722
Ativos financeiros a taxa variável	2.125.876	5.833.409	5.172.283	14.330.311	-	-	27.451.879
Outros ativos financeiros	12.783.098	11.956.538	4.473.519	2.656.905	561.509	1.774.556	34.206.125
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	16.880.558	18.642.974	15.585.038	36.985.820	6.601.780	1.774.556	96.470.726
Ativos não financeiros	1.440	2.880	13.302	993.562	458.748	-	1.469.932
Total de ativos	16.881.998	18.645.854	15.598.340	37.979.382	7.060.528	1.774.556	97.940.658
Outros passivos financeiros	(1.276.428)	2.038.501	3.068.596	2.100.718	11.775	2.340	5.945.502
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	(1.276.428)	2.038.501	3.068.596	2.100.718	11.775	2.340	5.945.502
Passivos financeiros	(1.276.428)	2.038.501	3.068.596	2.100.718	11.775	2.340	5.945.502
Passivos não financeiros	2.608.932	5.738.035	26.733.949	3.803.952	403.357	-	39.378.225
Total de passivos	1.422.504	7.776.536	29.802.545	5.904.670	415.132	2.340	45.323.727
Eur							
Risco de liquidez 2011	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	5.250.000	1.215.089	11.557.155	16.941.066	3.776.675	-	38.739.976
Ativos financeiros a taxa variável	-	2.445.372	2.373.630	13.357.339	1.076.639	-	19.252.080
Outros ativos financeiros	9.923.341	6.439.118	7.089.226	4.536.611	275.576	739.795	29.003.667
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	15.173.341	10.099.579	21.029.011	34.835.016	5.128.890	739.795	86.996.623
Ativos não financeiros	1.095	2.190	376.763	2.145.040	220.102	-	2.745.190
Total de ativos	15.174.436	10.101.769	21.396.774	36.980.056	5.348.992	739.795	89.741.813
Outros passivos financeiros	2.367.895	646.382	514.378	763.243	9.999	1.987	4.303.884
Passivos financeiros	2.367.895	646.382	514.378	763.243	9.999	1.987	4.303.884
Passivos não financeiros	2.647.616	5.690.690	27.521.073	3.625.685	119.715	-	39.604.779
Total de passivos	5.015.511	6.337.072	28.035.451	4.388.928	129.714	1.987	43.908.663

6

89

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2012 e 2011 respetivamente.

Riscos Específicos de Seguros

Modelo de Governo dos Riscos Específicos de Seguros

A Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. gere o risco específico dos seguros através da conjugação das suas políticas de subscrição (*underwriting*), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de uma Política de Subscrição e dos respetivos limites de aceitação de riscos. Caso estes limites sejam ultrapassados, o Responsável de Risco é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o Apetite ao Risco de Subscrição bem como o Apetite ao Risco de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as políticas e regulamentos estabelecidos na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- Caso os limites sejam ultrapassados, deve ser desencadeado um processo de comunicação ao Responsável do Risco.

Diversos departamentos da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. estão envolvidos na Gestão de Riscos de Seguros, tais como Departamento de Gestão de Risco e Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, os rácios combinados).

Os fatores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (best-estimate), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões do ramo não vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Saúde (Munich)	Quota Share	1.000.000	20%
Saúde (Acunsa)	Quota Share	Ilimited	0%

Gestão dos Riscos Específicos de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro, deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. De acordo com a taxonomia de risco da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., os riscos específicos de seguros podem ser divididos nas seguintes categorias:

- Riscos de responsabilidades de seguros não vida;
- Riscos de responsabilidades de seguros de saúde.

Riscos Específicos de Responsabilidade de Seguros Não Vida e de Saúde

O *Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida* reflete o risco decorrente das obrigações de segura não vida, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros. Estes riscos podem surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Saúde e outras linhas de negócios.

Para o risco específico de responsabilidade de seguros de Saúde a incerteza dos custos está relacionada com variações nos custos médicos bem como na volatilidade da frequência deste tipo de sinistros.

As provisões para sinistros dos seguros de saúde são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. constitui provisões por sinistro, ano de ocorrência, canal de distribuição tomando em linha de conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, as políticas de subscrição e preços são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Posição balanço no fecho do ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	11.216.588	13.927.991	15.530.665	19.359.485	22.724.479	24.764.301	24.855.139
Pagamentos acumulados a:							
Um ano de desenvolvimento	6.859.860	10.173.353	11.177.138	16.243.146	18.239.208	19.164.670	
Dois anos de desenvolvimento	7.176.179	9.771.789	12.852.876	17.352.448	18.607.564		
Três anos de desenvolvimento	6.400.095	10.149.520	12.831.379	17.020.937			
Quatro anos de desenvolvimento	6.786.959	10.061.334	12.392.128				
Cinco anos de desenvolvimento	6.698.037	9.619.369					
Seis anos de desenvolvimento	6.262.775						
Reservas reavaliadas (c) a:							
Um ano de desenvolvimento	7.030.281	10.360.304	12.159.927	20.072.269	18.495.321	19.287.980	
Dois anos de desenvolvimento	7.328.342	10.627.868	13.857.760	17.502.787	18.707.300		
Três anos de desenvolvimento	7.338.171	11.076.453	12.897.928	17.057.389			
Quatro anos de desenvolvimento	7.706.459	10.101.571	12.406.281				
Cinco anos de desenvolvimento	6.724.999	9.627.717					
Seis anos de desenvolvimento	6.266.699						
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:							
Valor nominal (d)	4.949.890	4.300.274	3.124.383	2.302.096	4.017.179	5.476.321	
Porcentagem	44,1%	30,9%	20,1%	11,9%	17,7%	22,1%	

	31-12-2011	31-12-2012
Provisões para sinistros no final do exercício (a)	24.764.301	24.855.139
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho (b)	-	-
Outras Provisões (c)	-	-
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	399.018	354.526
Total provisões para sinistros Não Vida	25.163.319	25.209.665

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

A Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. contribui para a diversificação do negócio (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é o seguinte:

	Acidentes e Doença		Outros	
	2012	2011	2012	2011
Rácio Sinistros	72,4%	72,2%	23,6%	38,5%
Rácio Despesas	19,1%	19,4%	0,0%	0,0%
Rácio Combinado	91,5%	91,6%	23,6%	38,5%
Sinistros/Despesas				

A Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE (EUR)	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2012	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2011
Custos de exploração - 10%	2.626	2.679
Custos com sinistros + 5%	(5.111)	(5.124)

Risco Operacional

Modelo de Governo do Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexistência ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na eficácia e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Organização.

O risco operacional na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Key Risk Report* e discutidos no comité de risco mantendo a atenção e focalizando nos processos da companhia através do desenho dos processo de controlo interno, levando a uma mudança global da gestão de risco.

5

87

Gestão dos Riscos Operacionais

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente principal da estrutura (ERM) da companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Key Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, com enfoque no risco operacional. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Organização;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Organização:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a companhia;
 - Identifica e avalia os principais riscos associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitígam esses riscos, e;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.. Como próximos passos, estes princípios serão implementados para processos mais detalhados que precisam de ser seguidos em cada uma das linhas de negócio.

Adicionalmente, este regulamento define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre. Este regulamento define a interação entre o Grupo Ageas e a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. relativamente a risco operacional e descreve requisitos de informação.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio 2012	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	9.044.358	9.050.592	9.322.846	1.489.479	(12.073)
Assistência	944.446	944.446	223.226	-	-
Total seguro direto	9.988.804	9.995.038	9.546.072	1.489.479	(12.073)
Resseguro aceite	133.145.211	132.360.037	92.993.095	25.573.453	(3.612.442)
Total	143.134.015	142.355.075	102.539.167	27.062.932	(3.624.515)

Linha de negócio 2011	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	9.179.773	9.615.733	8.255.367	1.626.659	(24.961)
Assistência	896.433	896.433	344.756	-	-
Total seguro direto	10.076.206	10.512.166	8.600.123	1.626.659	(24.961)
Resseguro aceite	131.360.606	132.097.164	94.064.103	25.909.531	(4.069.402)
Total	141.436.812	142.609.330	102.664.226	27.536.190	(4.094.363)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não vida 2012	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	8.295.954	421.923	604.967	9.322.846
Assistência	(159.204)	-	382.429	223.226
Total seguro direto	8.136.750	421.923	987.396	9.546.072
Resseguro aceite	88.858.136	4.097.011	37.949	92.993.095
Total	96.994.886	4.518.934	1.025.345	102.539.167

Linha de negócio	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não vida 2011	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	8.620.590	333.065	(698.289)	8.255.367
Assistência	2.005.823	-	(1.661.067)	344.756
Total seguro direto	10.626.413	333.065	(2.359.356)	8.600.123
Resseguro aceite	87.684.590	3.642.877	2.736.637	94.064.103
Total	98.311.003	3.975.942	377.281	102.664.226

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio 2012	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012 em relação a 2011	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	25.106.941	19.887.940	3.550.133	(1.668.868)
Assistência	56.379	(3.893.046)	2.583	(3.946.841)
Total	25.163.320	15.994.894	3.552.716	(5.615.709)

Linha de negócio 2011	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2010	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011 em relação a 2010	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	23.056.618	18.891.944	2.146.296	(2.018.379)
Assistência	(22.572)	(3.153.201)	4.770	(3.125.858)
Total	23.034.046	15.738.743	2.151.066	(5.144.237)

Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. - Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2012.

A Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a margem de solvência I é analisada como se segue:

Rúbrica	Eur	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Capital	12.000.000	12.000.000
Reservas Legal e de Reavaliação	3.948.424	321.999
Resultados Transitados	24.551.403	18.637.476
Resultado Líquido do Exercício	6.325.278	6.571.031
Total Situação Líquida (1)	46.825.105	37.530.506
Activos Intangíveis	-	(1.904)
Ajuste Pensões Reforma	(1.009.989)	(674.785)
Total (2)	(1.009.989)	(676.689)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	45.815.116	36.853.817
Margem de Solvência Exigida	24.725.777	23.944.010
Excesso / (Insuficiência)	21.089.339	12.909.807
Rácio Solvência	185 %	154 %

Nota 25 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Companhia são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

No caso das ações não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não existam valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 26 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Empresa de seguros, entidades empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Eur			
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	13.909	32.393	79.419	125.721

Nota 27 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada em seguida:

País	Eur					
	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	10.091.485	10.091.485	(232.222)	3,5%	4,6	L1
Total	10.091.485	10.091.485	(232.222)	3,5%	4,6	

País	Eur					
	2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	4.120.045	4.120.045	(2.091.137)	3,5%	6,9	L1
Total	4.120.045	4.120.045	(2.091.137)	4,1%	6,2	

À data de 31 de dezembro de 2011 a posição detida em dívida pública Grega foi vendida na totalidade. A imparidade registada no exercício de 2011 em relação a estes títulos ascendeu a Euros 229.000 (ver nota 8).

Nota 28 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados, das que nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não têm qualquer impacto na posição financeira ou performance da Companhia.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui alterações fundamentais, como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano, como simples clarificações e reajustamentos de texto. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de benefícios pós-emprego serão diretamente reconhecidas no Capital, em outro rendimento integral (OCI). A norma alterada terá impacto no gasto líquido com os benefícios, já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

A Companhia ainda está a avaliar o impacto total esperado da aplicação da nova IAS 19.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

17

A Companhia espera que a adoção das alterações à IFRS 7 passe a exigir maior extensão nas divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações à IAS 32, tendo em conta a política contabilística já adotada.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação segundo o IFRS 10, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “sílos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

No entanto, a Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e os contabilize em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. No entanto, a Companhia não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12, em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Companhia está presentemente a rever as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá algum impacto nas suas demonstrações financeiras.



Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Estas incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre mensurações de justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar estas alterações na mesma data de aplicação plena da IFRS 10.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que as políticas contabilísticas adotadas encontram-se em linha com as orientações emitidas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 de forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

5

27

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2012 CPSS - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A
Empresa de Seguros: 1024
Nº de identificação: António Gaspar
Ident. do resp. pela informação: Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS					Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
	DESIGNAÇÃO										unitário	Total
PTVAFRHM0000	2.1.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento					192320		9,2407	1.777.171,42	9,2232	1.773.806,45
	2.1.1.3	AF Portfólio Imobiliário - FI					192320			1.777.171,42		1.773.806,45
	2.1.1.4	Outros										
	2.1.1.4	Sub-Total										
	2.1.2	Títulos de dívida					192320			1.777.171,42		1.773.806,45
	2.1.2	De dívida pública										
	2.1.2.1	PGB 3,35% 15/10/15					4750000		95,987	4.559.382,50	98,96671	4.700.913,25
PTOTE00E0017	2.1.2.1	PGB 3,6% 15/10/14					100000		101,663	101.663,00	101,50945	101.509,45
PTOTE00E0017	2.1.2.1	PGB 3,85% 15/04/21					200000		100,591	201.162,00	83,99247	167.984,93
PTOTE00E0007	2.1.2.1	PGB 4,1% 15/04/37					805000		95,172/33	766.140,50	69,02055	555.615,41
PTOTELCE0010	2.1.2.1	PGB 4,35% 16/10/17					300000		102,175	306.525,00	97,23075	291.692,26
PTOTE00E0019	2.1.2.1	PGB 4,375% 16/06/14					2000000		100,3775	2.007.550,00	103,11829	2.062.385,75
PTOTENOE0018	2.1.2.1	PGB 4,45% 15/06/18					50000		95,58	47.790,00	94,82616	47.413,08
PTOTE00E0029	2.1.2.1	PGB 4,8% 15/06/20					1200000		85,2805	1.023.366,00	91,31699	1.095.803,83
PTPBTSGE0015	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpr 22/02/13					1070000		99,845128	1.068.342,87	99,83	1.068.181,00
	2.1.2.1	Sub-Total					10475000			10.081.941,87		10.091.478,95
	2.1.2.2	De outros emissores públicos										
	2.1.2.2	Sub-Total										
	2.1.2.3	De outros emissores					500000		95,75	478.750,00	99,58669	497.933,47
PTBLMWOM0002	2.1.2.3	Banco Espírito Santo Float 25/02/13					400000		99,373	399.892,00	100,14419	400.576,77
PTCPPTOE0020	2.1.2.3	Banco Santander Total 3,25% 21/10/14					1100000		94,55	1.040.050,00	101,15984	1.112.758,20
PTCGGFOAM0015	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3,625% 21/07/14					1300000		94,142308	1.223.850,00	98,25741	1.277.346,34
PTCGFI1E0000	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3,875% 06/12/16					200000		100	200.000,00	102,96082	205.981,64
PTCG16COM0004	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 4,375% 13/05/13					600000		101,85	611.100,00	105,19186	631.151,18
PTCG1LOM0007	2.1.2.3	Jose de Mello 27/06/2017					1050000		99,844524	1.048.367,50	86,46799	907.913,87
PTJMEDOE0006	2.1.2.3	Montepio Geral Float 29/05/13					1050000		94,233333	989.450,00	93,49702	981.718,73
PTCMHXOM0006	2.1.2.3	Sub-Total					6200000			5.991.459,50		6.015.390,20
	2.1.2	Sub-Total					16675000			16.073.401,37		16.106.844,75
	2.2	Títulos Estrangeiros					16675000			17.850.572,79		17.880.651,20
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação										
	2.2.1.1	Ações										
	2.2.1.1	Sub-Total										
	2.2.1.2	Títulos de participação										
	2.2.1.2	Sub-Total										
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento										
	2.2.1.3	Sub-Total										
	2.2.1.4	Outros										
	2.2.1.4	Sub-Total										
	2.2.2	Títulos de dívida										
	2.2.2	De dívida pública										
	2.2.2.1	BTAN 3,75% 12/01/13					1000000		103,179	1.031.790,00	103,67205	1.036.720,49
FR0113087466	2.2.2.1	BTFS 4,25% 01/08/14					1200000		103,096	1.244.352,00	101,755435	1.221.065,22
IT00003618363	2.2.2.1	Belgium Kingdom Float 15/02/16					800000		99,66	797.280,00	101,4842	811.873,60
SE0000232314	2.2.2.1	Bundesschatzw BKO 0,75% 13/09/13					358000		100,171	358.612,18	100,72397	360.591,83
DE0001137354	2.2.2.1	Caisse Amort Dette Soc 1,75% 18/11/13					50000		99,934	49.967,00	101,56916	50.784,58
FR0011147791	2.2.2.1	FRTR 4% 25/10/13					395000		105,4125	416.379,38	103,50425	410.421,78
FR0010570737	2.2.2.1	FRTR 4,25% 25/10/18					500000		101,373	506.665,00	119,23014	596.150,68
NL0000102689	2.2.2.1	NETHER 4,25% 15/07/13					894700		106,02396	948.596,35	104,17281	932.034,12
DE0001141539	2.2.2.1	CEL 4 11/10/13					358000		106,566	381.506,28	103,96037	372.779,20
AT0000385992	2.2.2.1	RAGB 3,8% 20/10/13					1934000		105,41872	2.038.798,10	103,59859	2.003.616,05
ES00000121P3	2.2.2.1	Spanish Govt 3,30% 31/10/14					323000		100,23	323.742,90	101,18651	326.832,42
	2.2.2.1	Sub-Total					7812700			8.097.869,19		8.122.269,97
	2.2.2.2	De outros emissores públicos										
XS0537658632	2.2.2.2	European Invest Bk Float 15/01/16					1500000		98,492	1.477.380,00	99,958599	1.499.378,99
XS0754800548	2.2.2.2	European Invest Bk Float 27/07/17					1000000		99,895	1.048.897,50	101,75018	1.068.376,84
XS0609191860	2.2.2.2	Institut Crediti Olci Float 25/03/14					1200000		99,371	1.199.652,00	96,59149	1.159.097,87
XS0070560288	2.2.2.2	Int Bk Recont&Dev Cpr 08/11/16					2000000		44,28043	885.608,67	49,97776	998.555,18
	2.2.2.2	Sub-Total					5750000			4.611.538,17		4.726.408,88
	2.2.2.3	De outros emissores										
XS0688609113	2.2.2.3	ABN AMRO Bank NV Float 7/10/13					1000000		99,502	999.020,00	101,22107	1.012.210,67

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2012
Empresa de Seguros: CPSS - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A
Nº de identificação: 1024
Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS									
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO								
ES0312298013	2.2.2.3	AXI Cédulas Caja 3.5% 14/03/16		400000	85,725		342.900,00	95,8	383.200,00
XS0680404000	2.2.2.3	BMW Finance NV Float 26/03/13		1000000	99,59		985.900,00	99,76071	997.607,11
XS0673716238	2.2.2.3	Barclays BK Plc 2.125% 08/09/14		700000	103,38		723.690,00	103,4547	724.182,99
XS0701708288	2.2.2.3	Barclays BK Plc Float 17/01/14		1200000	99,843		1.198.116,00	101,81246	1.221.749,50
XS0459036500	2.2.2.3	Barclays BK Plc Float 28/01/13		2100000	99,755		2.094.855,00	100,23073	2.104.845,33
DE0000HVEDA5	2.2.2.3	Bayer Hypo-Vordt 3.5% 03/02/15		700000	100,335		702.345,00	109,46986	766.289,04
XS0093266939	2.2.2.3	Bayer Hypo-VereinsBank 5.43% 21/12/18		1200000	51,12919		613.550,26	58,40322	700.838,62
XS0494840977	2.2.2.3	Caisse Cent Inmo Float 18/03/13		950000	99,852		948.594,00	99,81415	948.234,38
ES0414950644	2.2.2.3	Caja Madrid 4,125% 24/03/26		500000	93,44		467.200,00	79,12199	395.609,93
FR0010849117	2.2.2.3	Cie Fin Foncier 2,25% 25/01/13		150000	100,91		151.365,00	102,20131	153.301,97
DE000A1G4209	2.2.2.3	Daimler Int'l Fin Float 16/05/14		600000	99,9		599.400,00	100,059125	600.594,75
DE000A1G7811	2.2.2.3	Daimler Int'l Fin Float 17/04/13		600000	100,6		603.600,00	100,40583	602.433,75
XS0247812836	2.2.2.3	DaimlerChrysler 4,375% 21/03/13		600000	102,41		614.460,00	104,207095	625.242,57
XS0756438452	2.2.2.3	Danske Bank Float 13/03/14		400000	99,802		399.209,00	100,79105	403.164,20
DE000DBSDDL7	2.2.2.3	Deutsche Bank AG Float 07/10/13		150000	101,765		152.647,50	104,45008	156.675,12
DE000DBSDDL7	2.2.2.3	Deutsche Bank AG Float 07/10/13		600000	99,743		598.458,00	100,79773	604.786,40
EU000A1G0AF5	2.2.2.3	Deutsche Bank AG Float 14/02/13		400000	99,901		399.604,00	100,12729	400.509,16
XS0036644930	2.2.2.3	EFSS 0.4% 12/03/13		200000	100,15		200.300,00	100,36719	200.734,38
DE000EHOA2E9	2.2.2.3	Enel Float 20/06/14		750000	99,39733		737.980,00	98,40073	738.005,50
XS0294490312	2.2.2.3	Eurohypo AG 3,25% 26/10/15		300000	96,717		290.151,00	107,98767	323.903,01
XS0247263048	2.2.2.3	GE Cap Eur Fund Float 03/04/14		800000	100,025		800.200,00	100,00474	800.037,93
XS0292051635	2.2.2.3	Haa-Bank Int'l Ag 3,75% 17/03/14		150000	95,921		143.881,50	104,88118	157.321,77
DE000A1K0UK6	2.2.2.3	Hypo Alpe-Adria Float 20/03/15		300000	99,965		299.895,00	94,68476	284.054,28
XS0498391894	2.2.2.3	KfW Float 01/02/16		2000000	100		2.000.000,00	100,06867	2.001.373,33
XS0783530156	2.2.2.3	Lloyds TSB Bank Float 25/03/13		300000	99,705		299.115,00	100,27038	300.811,13
XS0247027070	2.2.2.3	Man SE Float 21/05/14		562000	99,65		561.157,00	99,889	561.432,38
XS0587805457	2.2.2.3	Monte Dei Paschi Float 22/03/13		500000	100,03		500.150,00	99,37848	496.892,38
XS0756698790	2.2.2.3	Portugal Tel Fin 5,625% 08/02/16		500000	99,373		496.865,00	110,35461	551.773,07
XS0729886460	2.2.2.3	Rabobank Float 13/03/13		1250000	100		1.250.000,00	100,07705	1.250.963,13
XS0782980907	2.2.2.3	Rabobank Nederland Float 13/01/14		2050000	99,901		2.047.970,50	100,76664	2.065.716,10
XS0616562277	2.2.2.3	Rabobank Nederland Float 16/05/13		1200000	100		1.200.000,00	100,14663	1.201.759,51
XS0428146442	2.2.2.3	Santander Int'l Float 19/03/13		600000	100		600.000,00	100,408	602.448,01
XS0446860826	2.2.2.3	Shell Int'l Fin 3% 05/14/13		600000	102,255		613.530,00	102,88863	617.331,78
XS0119498276	2.2.2.3	Societe Generale 3,75% 21/08/14		300000	99,884		299.652,00	105,99516	317.985,49
XS024757718	2.2.2.3	Svebank Hypotek AB 2,5% 21/01/13		550000	100,94		555.170,00	102,46556	563.511,07
XS0731675907	2.2.2.3	Unicredit Bank Float 14/04/14		1200000	94,95		1.139.400,00	99,16426	1.189.971,07
	2.2.2.3	Unicredit Int'l Float 15/03/16		200000	99,856		199.912,00	92,54887	185.059,73
	2.2.2.3	Volkswagen Int'l Fin 2,125% 19/01/15		1232000	99,656		1.227.761,92	104,68169	1.289.678,37
	2.2.2.3	Sub-Total		28794000			28.067.973,68		28.502.278,81
	2.2.2	Sub-Total		42356700			40.777.401,04		41.350.957,66
	2.2	Derivados de Negociação							
	2.3	Derivados de Cobertura							
	2.4	Sub-Total							
	2	Total	192320	59031700			58.827.973,83		59.231.608,86
	3	TOTAL GERAL	193070	60031700			59.824.092,83		60.224.282,57

19

A. Gaspar

